

## Sessão de recurso na Holanda sobre o papel da TFM na dívida oculta de Moçambique: Responsabilizar a TFM

**E**m 17 de Dezembro de 2020, em Haia, Holanda, um tribunal irá ouvir o recurso de TFM, um fornecedor holandês de serviços fiduciários, em relação às suas falhas de due diligence relacionadas com o escândalo da dívida oculta de Moçambique. Este recurso é importante porque “se a Holanda quer manter a sua credibilidade e não ficar conhecida como o Panamá da Europa, deve levar este assunto com muita seriedade”<sup>1</sup>.

*Antecedentes factuais.* Entre 2013 e 2016, as empresas estatais moçambicanas, MAM, ProIndicus e EMATUM, contraíram, ilegalmente, empréstimos de 2 mil milhões de dólares americanos junto de bancos e investidores institucionais europeus. Supostamente, os empréstimos destinavam-se a financiar actividades geradoras de receitas marítimas, operações de segurança, e instalações de manutenção de navios ao longo da costa moçambicana<sup>2</sup>.

No entanto, uma auditoria independente realizada pela Kroll em 2017 não conseguiu esclarecer \$500 milhões USD dos fundos. A documentação relativa aos restantes 1,5 mil milhões de dólares mostrou pouca relação custo-benefício. Nesse mesmo ano, Moçambique

falhou no pagamento da dívida, contribuindo para uma crise económica da qual o país ainda não recuperou<sup>3</sup>. A vida de muitos moçambicanos foi devastada.

A EMATUM procurou emitir obrigações no mercado obrigacionista europeu, contratando a TFM, um fornecedor de serviços fiduciários sediado na Holanda que pode actuar como agente empresarial na Holanda para os seus clientes<sup>4</sup>.

Os provedores de serviços fiduciários holandeses (trustkantoren) servem clientes empresariais estrangeiros, fornecendo-lhes um endereço holandês ou actuando como director nomeado de uma subsidiária holandesa. Os provedores de serviços fiduciários precisam de uma licença para operar, que pode ser revogada se a autoridade supervisora detectar irregularidades. Mas este sector é supervisionado pela autoridade reguladora financeira holandesa De Nederlandsche Bank (DNB)<sup>5</sup>.

Em 2013, a TFM registou uma empresa na Holanda chamada Moçambique EMATUM Finance 2020 B.V. (“EMATUM B.V.”). Até hoje, o registo comercial holandês mostra que a TFM actua como único director-geral da EMATUM

1 <https://www.nrc.nl/nieuws/2016/06/01/miljoenenroof-mozambique-liep-deels-via-amsterdam-1624990-a396913>, Junho 1, 2016.

2 [file:///C:/Users/User/Downloads/Mz%20TFM%20Factsheet%20-%20041220-FS%20\(EXTERNAL\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Mz%20TFM%20Factsheet%20-%20041220-FS%20(EXTERNAL).pdf)

3 Idem

4 Veja <https://www.transparency.nl/wp-content/uploads/2017/04/TI-netherland-UBO-web.pdf>.

5 Há cerca de 150 provedores de serviços fiduciários na Holanda, que no conjunto servem e administram cerca de 24.000 empresas.

B.V. e fornece à EMATUM B.V. uma residência comercial<sup>6</sup>.

Em 30 de Agosto de 2013, a EMATUM solicitou uma linha de crédito ao Credit Suisse UK, com um limite de crédito de US \$850 milhões que foi garantido, com um período de maturação de sete anos, pelo Governo moçambicano através do Ministério das Finanças liderado pelo ex-ministro Manuel Chang<sup>7</sup>.

Após a emissão das obrigações a 11 de Setembro de 2013, a EMATUM B.V. emitiu US \$500 milhões em notas de participação em empréstimos a vencer em 2020, cuja primeira tranche foi subscrita pelo Credit Suisse UK. Adicionalmente, a 11 de Outubro de 2013, a EMATUM B.V. emitiu US \$350 milhões em notas de participação em empréstimos, também a vencer em 2020, que foram então subscritas pela VTB Capital<sup>8</sup>.

Alegadamente, o objectivo da transacção era financiar investimentos apoiados pelo Estado no sector da pesca no mar de Moçambique. No entanto, a EMATUM investiu apenas uma pequena parte dos fundos em 24 navios de pesca que, em conjunto, custaram muito menos do que os \$850 milhões USD em receitas de empréstimos. Pelo menos 750 milhões de dólares dos rendimentos continuam insuficientemente justificados<sup>9</sup>.

De acordo com os relatórios, 500 milhões de dólares americanos em receitas de empréstimos foram eventualmente reajustados para a compra de equipamento militar por Moçambique. No entanto, até agora, o verdadeiro uso desses fundos continua incerto<sup>10</sup>.

Em 2014, era evidente que o elemento de pesca declarado do projecto EMATUM era marginal, e que a maioria das receitas do empréstimo tinha sido canalizada para outros locais. No mesmo ano, o balanço financeiro da EMATUM mostrou uma perda substancial. Do mesmo modo, 2014 foi o último ano em que

a EMATUM publicou as suas demonstrações financeiras<sup>11</sup>.

Depois, no início de 2016, as irregularidades começaram a aumentar, tais como relatórios públicos em Moçambique sobre a legalidade das garantias governamentais concedidas para o empréstimo; má gestão e fracasso do projecto de pesca; conflitos de interesse aparentes de pessoas politicamente expostas na estrutura de gestão do projecto; realocação dos 500 milhões de dólares americanos em fundos de empréstimo para o orçamento militar do Estado; e envolvimento duvidoso dos contratantes do projecto e das partes financiadoras.

Em Abril de 2016, Moçambique reconheceu que tinha escondido ao FMI e a outros investidores mais de 1,4 mil milhões USD em dívida. E a 18 de Janeiro de 2017, Moçambique entrou em incumprimento no pagamento dos juros do seu empréstimo EMATUM<sup>12</sup>.

A 31 de Maio de 2016, o DNB iniciou uma investigação sobre o papel da TMF na emissão das obrigações. De acordo com relatórios dos media holandeses, a DNB investigou se a TMF tinha averiguado suficientemente o destino final dos fundos angariados através da oferta de obrigações<sup>13</sup>. Mais tarde, o DNB emitiu uma multa de 500.000 euros contra a TMF, a qual a TMF recorre agora.

*Informações sobre sessão de recurso.* A sessão de recurso da TMF terá lugar no Tribunal de Recurso do Comércio e Indústria (College van Beroep voor het Bedrijfsleven), em Haia, a 17 de Dezembro de 2020. Espera-se uma decisão escrita sobre o recurso em Janeiro de 2021.

*Posição da FMO:* Responsabilização criminal dos provedores de serviços fiduciários. O FMO acredita que o comportamento da TMF como facilitador de uma fraude internacional significativa não é meramente um passo errado que deve ser tratado pelo regulador, mas um acto

6 <https://www.rijksoverheid.nl/binaries/rijksoverheid/documenten/kamerstukken/2016/06/24/kamerbrief-betreffende-antwoord-op-kamervragen-over-het-bericht-miljoenenroof-mozambique-liep-deels-via-amsterdam/kamerbrief-betreffende-antwoorden-op-kamervragen-over-het-bericht-miljoenenroof-mozambique-liep-deels-via-amsterdam.pdf>

7 Veja <https://zoek.officielebekendmakingen.nl/ah-tk-20152016-2945.html>.

8 Veja <https://zoek.officielebekendmakingen.nl/ah-tk-20152016-2945.html>.

9 <https://www.rijksoverheid.nl/binaries/rijksoverheid/documenten/wob-verzoeken/2018/03/06/deelbesluit-iwob-verzoek-over-nederlands-beleid-jegens-mozambique/4.+Deelbesluit+I+-+bijlage+1.pdf>

10 Kroll Report, at 17, 35, 115, full report available at <http://bit.ly/Kroll-Moz-full>.

11 Kroll Report at 134.

12 Kroll Report at 115.

13 <https://www.nrc.nl/nieuws/2016/07/01/dnb-onderzoekt-rol-trustkantoor-tmf-bij-fraude-in-3003413-a1503680>.

criminoso que deveria ter sido processado no sistema de justiça criminal<sup>14</sup>. Dado o impacto prejudicial que as acções dos provedores de serviços fiduciários podem ter em países como Moçambique, o FMO apela ao governo holandês para assegurar que, no futuro, o Ministério Público, e não a DNB, investigue e processe os provedores de serviços fiduciários<sup>15</sup>.

Sem facilitadores e viabilizadores, esque-

mas de fraude como o da Dívida Oculta de Moçambique não aconteceriam. De facto, se se verificar que os provedores holandeses de serviços fiduciários e/ou indivíduos que prestam serviços fiduciários desempenharam um papel na facilitação de actos criminosos, tal como foi relatado nas fugas de informação de Luanda este ano, estes provedores deveriam ser criminalmente investigados e processados como adequado<sup>16</sup>.

<sup>14</sup> [file:///C:/Users/User/Downloads/Mz%20TMF%20Advocacy%20Messages%20-%200041220-FS%20\(EXTERNAL\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Mz%20TMF%20Advocacy%20Messages%20-%200041220-FS%20(EXTERNAL).pdf)

<sup>15</sup> Relatórios recentes indicam que o PPS pode estar a investigar o papel das empresas holandesas nas transacções reveladas pelos leaks de Luanda em 2020

<sup>16</sup> [file:///C:/Users/User/Downloads/Mz%20TMF%20Advocacy%20Messages%20-%200041220-FS%20\(EXTERNAL\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Mz%20TMF%20Advocacy%20Messages%20-%200041220-FS%20(EXTERNAL).pdf)

#### Membros do FMO



#### Contactos

| CDD: Organização hospedeira   | FMO   |
|---|---|
| <p><b>Editor:</b> Prof. Adriano Nuvunga<br/><b>Autor:</b> Emídio Beúla</p> <p>  Rua Dar-Es-Salaam N° 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo<br/>  +258 21 085 797     <a href="mailto:info@cddmoz.org">info@cddmoz.org</a>     <a href="http://www.cddmoz.org">www.cddmoz.org</a><br/>  @CDD_Moz     @CDDMoz     @CDD_Moz </p> | <p> <a href="http://www.fmo.org.mz">www.fmo.org.mz</a>     <a href="mailto:fmomozambique@gmail.com">fmomozambique@gmail.com</a><br/>  FMO.Mozambique     @FMO_Moz<br/>  Youtube </p> <p style="text-align: center;"><b>Embaixada da Suíça em Moçambique</b></p> |